



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONTEXTO

No dia 28 de janeiro de 2022, a Prefeitura Municipal de Saquarema sancionou a Lei nº 2.189 de 28 de janeiro de 2022, que instituiu, no âmbito do Município, o Programa Municipal de Incentivo à Educação, Desenvolvimento Econômico Social, Economia Solidária e Combate à Pobreza da População do Município de Saquarema, como meio de combater a evasão escolar e o abandono das salas de aula, as desigualdades sociais, incentivar a conclusão do ensino médio, fomentar o desenvolvimento econômico e social das comunidades e estabelecer meios de minimização da pobreza e ainda incrementar a geração de emprego e renda para as camadas hipossuficientes, aquelas que sobrevivem com o mínimo de condições financeiras, do município através da implementação das seguintes ações:

- I. desenvolver ações de fortalecimento e motivação de aprendizagem do aluno, de continuidade nos estudos e de apoio à sua família, consistindo em apoiar a família do(a) estudante com a concessão de bolsa e aproximá-la da escola, fortalecendo os vínculos para combater o abandono escolar;
- II. operacionalizar procedimentos para a implantação, controle, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política de fomento à Economia Solidária;
- III. empreender os meios necessários, estabelecer parcerias com entidades públicas ou privadas para criar o Banco Comunitário Popular do Município de Saquarema-Banco e a Moeda Social Saquá e apoiar suas ações de Finanças Solidárias.

Para atingir os objetivos listados foi instituído pela referida lei os seguintes programas sociais:

- **BOLSAS DE MANUTENÇÃO AOS ESTUDANTES** – Destinados aos alunos regularmente matriculados no período noturno: no ensino médio das escolas públicas de ensino, na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e nos cursos preparatórios para o Exame Nacional Para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), com valor de bolsa a 300 (trezentos) MOEDA SOCIAL, que corresponde ao valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).
- **RENDA BÁSICA DA CIDADANIA (RBC)**, a ser pago em Moeda Social Saquá pelo Banco Comunitário Popular do Município de Saquarema, voltado para a instauração de mecanismos de proteção social das famílias e segmentos familiares com renda familiar em estado de vulnerabilidade social e/ou pobreza. O valor do



benefício representado pelo Programa *Renda Básica da Cidadania* será de 300 (trezentos) Saquás, que corresponde ao valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

- **RENDA COMPLEMENTAR CARINHO DE MÃE** - O Programa Renda Complementar Carinho de Mãe será concedido a mulheres grávidas, durante a gravidez e até a criança completar 1 (um) ano de idade, que pertençam a uma família com renda familiar de até 3 (três) salários mínimos, que residem no Município de Saquarema, que participem de programas municipais de cuidados da saúde da mulher e da gestação. O valor do benefício instituído será de 100 (cem) Saquás, que corresponde ao valor de R\$ 100,00 (cem reais).
- **RENDA COMPLEMENTAR CARINHO ESPECIAL** - O Programa Renda Complementar Carinho Especial será concedido a pais de crianças portadoras de necessidades especiais, que pertençam a uma família com renda familiar de até 3 (três) salários mínimos e que residam no Município de Saquarema. O valor do benefício instituído será de 100 (cem) Saquás, que corresponde ao valor de R\$ 100,00 (cem reais).

Os Valores dos benefícios dos Programas acima listados serão disponibilizados em forma de créditos aos cidadãos inscritos por meio de cartão eletrônico, que poderá ser utilizado nas transações financeiras realizadas, junto aos estabelecimentos comerciais credenciados.

Conforme disposição da lei a implantação da Moeda Social Saquá e do banco comunitário digital se faz necessário para que o programa possa ser executado e as famílias beneficiadas.

No âmbito das ações de desenvolvimento econômico e economia solidária prevista na lei, o Banco Comunitário deve organizar uma ação de microcrédito para apoio aos micro e pequenos empreendimentos econômicos do município, sempre fazendo uso da Moeda Social Saquá.

2. OBJETO

Celebração de Parceria com Organização da Sociedade Civil - OSC especializada em Banco Comunitário Digital para a Gestão de Moeda Social - Moeda SAQUÁ, criada pela Lei Municipal nº 2.189 de 28 de janeiro de 2022, Implantação do Banco Comunitário Digital de Saquarema, apoio para cadastramento dos beneficiários e pagamento dos beneficiários do Programas Sociais instituídos pela citada lei, bem como assegurar microcrédito para apoio as atividades produtivas dos micro e pequenos empreendedores do município.



3. JUSTIFICATIVA

Para gestão da Moeda Social Saquá e implantação do Banco Comunitário de Saquarema, se faz necessário a realização de Chamamento Público, nos termos da Lei 13.019/2014, a fim de que seja firmada parceria com Organização da Sociedade Civil-OSC, objetivando implantar um Banco Comunitário Digital, que irá gerir não só a própria moeda, mas realizar os pagamentos aos beneficiários do Programa Renda Básica da Cidadania (RBC), de forma digital.

Tal contratação encontra amparo legal no art. 2 da Lei nº 2.189 de 28 de janeiro de 2022 que assim dispõe:

Art.2 - Para criação, implantação e consolidação do Banco Comunitário Popular do Município de Saquarema e a Moeda Social Saquá a Prefeitura Municipal de Saquarema poderá celebrar Termo de Colaboração, Termo de Fomento ou Acordo de Cooperação com organizações da sociedade civil, selecionada através de chamada pública, conforme [Lei nº 13.019/2014](#), denominada de Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC.

A Moeda Social Saquá não consiste em dinheiro paralelo, e sim em um conceito. É chamada de Moeda Social por ter circulação restrita ao município ajudando no desenvolvimento econômico local. Devido à grande utilidade social desta metodologia, será criado um circuito virtuoso na Economia do Município a partir da circulação local da moeda.

O Banco Comunitário Digital consiste em uma Organização da Sociedade Civil (OSC), criada especificamente para este fim e que tenha sido vencedora do presente chamamento público, cujo objetivo será fazer a Gestão da Moeda Social e promover o desenvolvimento socioeconômico do município, baseado nos princípios da Economia Solidária e do Desenvolvimento Sustentável.

Esse novo conceito de Banco Comunitário Digital trouxe novos padrões tecnológicos reconhecidos pela política pública de Economia Solidária da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho - SENAES/MTe. e pelo Comitê Nacional de Finanças Solidárias, alinhada à Rede Brasileira de Bancos Comunitários, baseada na lei nº 12.865, de 09 de outubro de 2013 e regulamentação nº. 4.282 do Banco Central do Brasil.

Um sistema de Moeda Social Eletrônica Circulante Local necessita de uma plataforma de pagamento móvel, que permita que a moeda eletrônica circule diariamente



entre todos os usuários, repassada dos consumidores para os comerciantes, destes para outros produtores, voltando para os consumidores através de salários e outros pagamentos, e assim sucessivamente.

Para boa gestão do programa social faz-se necessário um cadastramento dos beneficiários que assegure a prefeitura um banco de dados consistente sobre os mesmos e que este esteja integrado a plataforma do meio de pagamento que será utilizada pelo banco comunitário, permitindo por meio digital a recepção dos dados dos beneficiários a serem pagos. A recepção digital dispensa processos manualizados, evitando erros na execução dos pagamentos e da maior transparência aos relatórios de liquidação dos benefícios.

Para isso é imprescindível que o banco comunitário seja 100% digital e disponha de ferramentas informatizadas (software especializado para abertura de contas, sistemas e plataforma de cadastramento de beneficiários, banco de dados integrados, validadores de informações como CPF e outros) para da suporte tecnológico a prefeitura na realização do referido cadastramento.

Assim, para fiel execução do programa social e consequente implantação da moeda social e do banco comunitário gestor, necessário firmar parceria com OSC que atenda os critérios aqui estabelecidos, de modo que o instrumento jurídico a ser adotado é o Termo de Colaboração, nos termos do artigo 31 da Lei 13.019/2014.

– Fluxo de pagamento dos benefícios

O pagamento aos beneficiários se dará por meio de cartão eletrônico ou aplicativo. Será aberta uma conta benefício pré paga e distribuído um cartão digital para cada beneficiário, de uso pessoal, intransferível e com apresentação obrigatória em todos os atos relativos ao Programa. O Cartão Digital levará o nome de Moeda Social Saquá. A relação dos beneficiários é encaminhada mensalmente a OSC gestora pela Prefeitura Municipal de Saquarema, bem como os recursos financeiros correspondentes ao pagamento das bolsas/benefícios, no mínimo com 48 horas de antecedência ao pagamento.

Desta forma, o crédito nos cartões dos beneficiários serão depositados no dia 05 (cinco) de cada mês.

– **Em relação à Rede Credenciada**, a metodologia a ser adotada será de pagamento móvel à vista (via celular ou cartão). Nesta metodologia, o pagamento das compras feitas pelos beneficiários através de moeda social eletrônica circulante local, entra on-line na conta dos comerciantes (pagamento à vista). Os comerciantes podem utilizar os recursos



imediatamente, comprando em outros comércios ou transferindo para suas contas bancárias em qualquer banco comercial.

Todos os comerciantes poderão fazer transferências da moeda social eletrônica para sua conta bancária 01 (uma) vez por dia. Registre-se que estas transferências são solicitadas eletronicamente pelos próprios comerciantes através do aplicativo ou gerenciador financeiro.

4. ABRANGÊNCIA

O projeto atenderá inicialmente 22.000 (vinte e dois mil) beneficiários, cadastrados no Programa, podendo ser revisto tal número a cada ano, mediante expedição de ato do executivo.

Para tanto, eventual modificação deve se condicionar a existência de previsão financeira-orçamentária e a consequente revisão do termo de colaboração, observadas todas as disposições constantes da Lei Federal 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 2.147/2021.

5. METAS

Meta 1- Estruturação do projeto

Estudos iniciais. Implantação do Banco Comunitário e da Moeda Social, contratação de recursos humanos, capacitação da equipe e administração do projeto.

Meta 2 - Cadastramento de comércios e Atendimento a Rede Credenciada

Cadastramento e Atendimento a Rede Credenciada de comércios, oferecendo informações sobre o projeto e dando assistência técnica necessária para o bom funcionamento do meio de pagamento adotado.

Meta 3 – Abertura de Contas dos Beneficiários, Pagamento do Renda Básica da Cidadania e atendimento aos beneficiários

Cadastramento (abertura de contas benefícios) de beneficiários bem como pagamento do Programa Renda Básica da Cidadania e atendimento aos beneficiários nas agências do Banco Comunitário.

Meta 04 – Oficinas de Capacitação em Economia Solidária e Geração de Trabalho e Renda

Realização de oficinas de capacitação em Economia Solidária, da perspectiva do trabalho coletivo, autogestionário, cooperativo e solidário, bem como de capacitação de técnicas para geração de trabalho e renda articuladas com a Coordenadoria de Economia Solidária.



Meta 05 – Suporte à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Disponibilizar relatórios e informações consistentes para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social sobre os beneficiários e da rede credenciada, bem como da execução das metas e atividades desenvolvidas do Banco Comunitário.

METAS	ATIVIDADES	ÁREA DE CONHECIMENTO DA ENTIDADE E EMPREGADOS	FORMA E FREQUÊNCIA DE VERIFICAÇÃO
Meta 01 Estruturação do Projeto	<ul style="list-style-type: none">- Implantação da agência do Banco Comunitário- Implantação de uma estrutura operacional e administrativa- Seleção e contratação de pessoal- Treinamento da Equipe Técnica	<ul style="list-style-type: none">- Recursos Humanos- Economia Solidária- Desenvolvimento Local	<ul style="list-style-type: none">- Planilha com demonstrativo de mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos adquiridos para implantação da estrutura administrativa- Planilha com demonstrativo de funcionários contratados, com os nomes e funções dos funcionários- Planilha com descritivo das atividades de treinamento da equipe
Meta 02 Cadastramento de comércios e Atendimento à Rede Credenciada	<ul style="list-style-type: none">- Mobilização e cadastramento dos comércios locais- Visita técnica aos comerciantes credenciados para informações e orientação quanto ao uso do sistema operacional da Moeda Social- Desenvolver ações de sensibilização em economia solidária, divulgando seus princípios e valores à rede credenciada do Projeto	<ul style="list-style-type: none">- Economia Solidária- Moeda Social eletrônica- Associativismo- Noções de Meios eletrônicos de pagamentos- Facilidade de Comunicação	<ul style="list-style-type: none">- Mobilização e Cadastramento dos comércios locais para criação da rede credenciada- Atendimento aos comerciantes para o bom funcionamento da moeda circulante

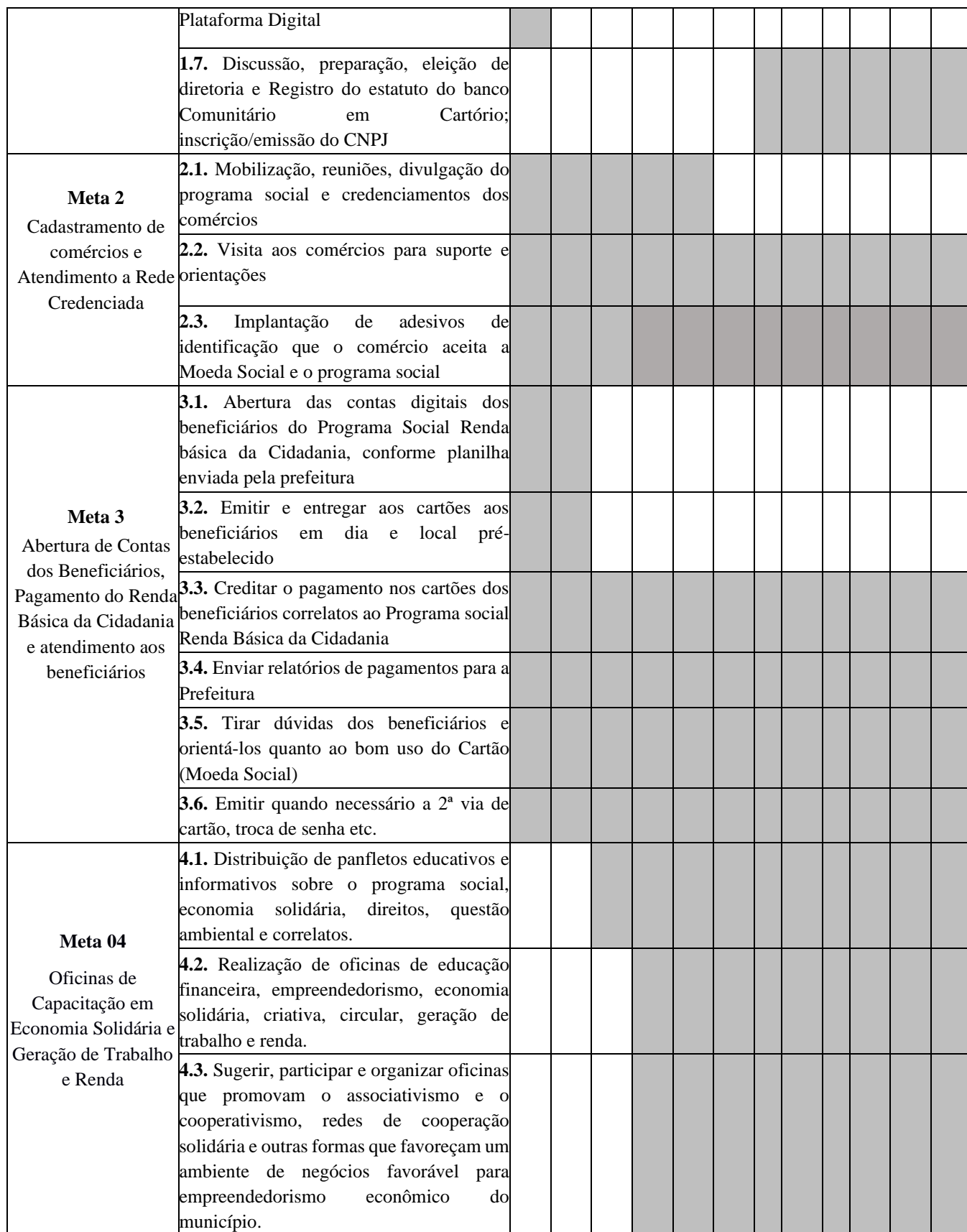
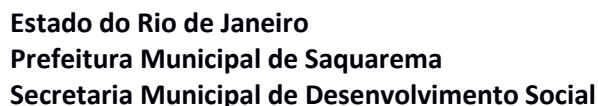


Meta 03 Abertura de Contas dos Beneficiários, Pagamento do Renda Básica da Cidadania e atendimento aos beneficiários	<ul style="list-style-type: none">- Abertura das contas no Banco Comunitário dos beneficiários do Programa Social Moeda Renda Básica da Cidadania através da planilha enviada pela Secretaria Municipal Desenvolvimento Social- Emitir e enviar à residência dos beneficiários os cartões magnéticos, ou entrega na sede do Banco comunitário ou em outro local determinado pela prefeitura- Orientar o uso da plataforma, e outros meios eletrônicos aos beneficiários do Programa Moeda Social, caso necessário- Monitorar o recebimento dos créditos- Gerar relatórios de cartões creditados- Monitorar possíveis falhas do sistema- Tirar dúvidas dos beneficiários- Orientação quanto ao uso adequado do meio de pagamento- Solicitação de 2ª via de cartão- Criação de novas senhas- Orientação sobre os locais de venda- Outros	<ul style="list-style-type: none">- Finanças Solidárias- Moeda Social Eletrônica- Meios eletrônicos- Sistema bancário e financeiro- Economia Solidária- Associativismo- Facilidade de comunicação- Noções de Meios eletrônicos de pagamentos	<ul style="list-style-type: none">- Planilha fornecida pela Prefeitura com dados dos beneficiários para abertura de conta benefício- Relatório consolidado do pagamento dos benefícios- Será registrado em planilha os pedidos de segunda via de cartão contendo nome do beneficiário, número da conta digital/ cartão, e data do atendimento
--	---	---	---



Meta 04 Oficinas de Capacitação em Economia Solidária e Geração de Trabalho e Renda	<ul style="list-style-type: none">- Distribuição de panfletos pedagógicos- Realização de oficinas com capacitações e formação em finanças e economia solidárias, associativismo e cooperativismo- Fomentar o surgimento e organização de associações e cooperativas de trabalhadores- Fomentar a criação de redes solidárias articulada com diversos atores da comunidade- Realizar estudos, diagnósticos, pesquisas, mapeamentos que ajudem a entender as oportunidades, vocações e a dinâmica da economia do município e seus atores, objetivando gerar informações que para elaboração de planos de desenvolvimento socioeconômico local	<ul style="list-style-type: none">- Bancos Comunitários- Economia Solidária- Desenvolvimento local- Associativismo- Cooperativismo	<ul style="list-style-type: none">- Registros das oficinas através de fotos, frequências, relatório- Acompanhamento, monitoramento e participação da Coordenadoria de Economia Solidária nas oficinas e capacitações
Meta 05 Suporte a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	<ul style="list-style-type: none">- Informações sobre dados operacionais dos cartões- Informações sobre a rede credenciada- Respostas às reclamações e solicitações dos usuários- Entrega trimestral e concomitante do Relatório de Execução do Objeto e do Relatório de Execução financeira pela OSC	<ul style="list-style-type: none">- Economia Solidária- Finanças Solidárias- Banco comunitário- Moeda Social Eletrônica- Meio de pagamento	<ul style="list-style-type: none">- Planilha com as atividades de apoio à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Essa planilha registrará a demanda apresentada pela secretaria e descrição do apoio efetivado pelo Banco Comunitário <p>Observação: A atividade de apoio acontecerá na medida que houver demandas por parte da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social</p>

[illegible]





	4.4. Realizar estudos, diagnósticos, pesquisas, mapeamentos que ajudem a entender as oportunidades, vocações e a dinâmica da economia do município e seus atores, objetivando gerar informações que para elaboração de planos de desenvolvimento socioeconômico local.																		
Meta 5 Suporte à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	5.1. Repassar a Secretaria Municipal informações periódicas sobre o pagamento dos benefícios do Programa Social, rede credenciada e funcionamento da Moeda Social.																		
	5.2. Enviar relatórios bimestrais sobre o alcance das metas do projeto																		

7. DEFINIÇÃO ESTRUTURA

Para consecução das metas e atividades acima listadas, considerando 01 (uma) agência do Banco Comunitário com estimativa máxima de 22 mil beneficiários, a funcionar no distrito de Bacaxá, apresentamos a seguinte planilha contendo a necessidade em pessoal, material e serviços para se estabelecer uma estrutura referencial:

ITEM	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	UNIDADE	Quant.	Meses
1	ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROJETO			
1.1	PESSOAL			
1.1.1	Técnico Administrativo financeiro	Mês	1	12
1.1.2	Assistente Administrativo FINANCEIRO	Mês	1	12
1.1.3	Auxiliar de Serviços Gerais	Mês	1	12
1.1.4	Agente de Desenvolvimento Comunitário	Mês	3	12
1.1.5	Agente supervisor da Unidade de atendimento	Mês	1	12



1.1.6	Técnico de implantação suporte de sistemas digitais	Mês	1	12
1.2	CONTRATO ADMINISTRATIVO DE APOIO			
1.2.1	Serviços de contabilidade	Mês	1	12
1.2.2	Assessoria jurídica	Mês	1	12
1.2.4	Auxílio Alimentação (20,00 dia / média 22 dias mês) - Convenção 2019/2020 do SINBREF.	Mês	8	12
1.2.5	Auxílio Transporte (5,40 dia / média 22 dias mês) - Convenção 2019/2020 do SINBREF.	Mês	8	12
1.3	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA AGÊNCIA		Quant.	Meses
1.3.1	Pagamento de internet	Mês	1	12
1.3.2	Pagamento de telefonia fixa e dig tronco	Mês	1	12
1.3.3	Locação de PABX	Mês	1	12
1.3.4	Instalação do PABX	Mês	1	1
1.3.5	Pagamento de telefonia móvel	Mês	1	12
1.3.6	Locação do prédio do banco	Mês	1	12
1.3.7	Instalação do ar-condicionado	Unid.	6	1
1.3.8	Manutenção do ar-condicionado	Mês	6	12
1.3.9	Locação de Impressoras Multifuncional-monocromáticas	Mês	1	12
1.3.10	Locação de câmera de vigilância (com instalação e manutenção)	Mês	6	12
1.3.11	Instalação de câmera de vigilância	Mês	6	1
1.3.12	Locação de Carro - Hatch - Motor 1.0 - Completo (Ar-Condicionado, Direção Hidráulica, Vidro Elétrico e Trava Elétrica) - Capacidade: 5 passageiros	Mês	1	12



1.3.13	Combustível - (450l mês)	Litros	450	12
1.3.14	Material de Copa e Reuniões	Mês	1	12
1.3.15	Material de Limpeza	Mês	1	12
1.3.16	Material de Expediente e Didático	Mês	1	12
1.3.17	Registro contábeis	Mês	1	1
1.3.18	Aquisição de utensílios (xícara, copo, cafeteira, talher, bandeja, leiteira, botijão de gás e outros)	Mês	1	3
1.3.19	Reforma predial (inclui material de construção e mão-de-obra)	Mês	1	1
1.3.20	Manutenção predial (inclui material e mão-de-obra)	Mês	1	6
1.3.21	Manutenção de computadores (compra de equipamentos para conserto, cabeamento e outros)	Mês	1	6
1.3.22	Pagamento de energia	Mês	1	12
1.4	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (fogão, geladeira, ar-condicionado, armário, bebedouro, computador etc.)			
1.4.1	Fogão de piso 4 bocas, forno autolimpante	Unid.	1	1
1.4.2	Geladeira frost free 300l	Unid.	1	1
1.4.3	Bebedouro refrigerado bivolt	Unid.	1	1
1.4.4	Micro-ondas 30l na cor branca	Unid.	1	1
1.4.5	Quadro branco 200x120	Unid.	1	1
1.4.6	Projektor multimídia	Unid.	1	1
1.4.7	Ar-condicionado 12mil btus inverter frio (inclusa manutenção)	Unid.	6	1
1.4.8	COMPUTADOR completo INTEL CORE I5, MÍNIMO DE 8GB 1 TB, WINDOWS 10 (inclui mouse, teclado, caixa de som, CD-ROM, Software sistema operacional original)	Unid.	8	1



1.4.9	Nobreak 1200VA bivolt	Unid.	4	1
1.4.10	Estabilizador 500V Bivolt	Unid.	8	1
1.4.11	Caixa de som bluetooth com microfone Led Portátil alça 2000w	Unid.	1	1
1.4.12	Mesa de escritório com 3 gavetas	Unid.	3	1
1.4.13	Mesas para computador	Unid.	8	1
1.4.14	Cadeira secretária ergonômica giratória com braço cores	unid.	8	1
1.4.15	Cadeira fixa tipo interlocutor sem braço	Unid.	30	1
1.4.16	Armários c/ portas e chaves - 3 prateleiras	Unid.	3	1
1.4.17	Mesa de reunião oval (TAMANHO ESTIMADO 2,20 m x 1,20 m x 0,74 m)	Unid.	1	1
1.4.18	Celulares smartphones, Android atualizado com sistema NFC	Unid.	4	1
1.4.19	Armário para cozinha compacto	Unid.	1	1
2	GESTÃO DO MEIO DE PAGAMENTO (pagamento das bolsas - 22.000 beneficiários)	Unidade	Quant.	Meses



2.1	Contratação de empresa especializada em Assistência Técnica digital: ARMAZENAMENTO DO BANCO DE DADOS EM NUVEM , incluindo backup DESENVOLVIMENTO DE NOVAS FUNÇÕES – significa os serviços de planejamento, programação, design e codificação de novas funções para a Plataforma Digital MANUTENÇÃO TÉCNICA – significa os serviços de correções de código ou atendimentos a problemas técnicos ocorridos durante a operação da Plataforma Digital SUORTE DE PROGRAMAÇÃO – significa o serviço de atendimento de necessidades técnicas especializadas SEGURANÇA E SERVIÇO ANTI-FRAUDE - Manutenção, gerenciamento de riscos e ataques contra o sistema EMIÇÃO DE RELATÓRIO - Contábeis e de prestação de contas para o Banco Central do Brasil	Mês	1	12
2.2	Aquisição de Cartões personalizados. Previsão de 22 mil novos beneficiários.	Unid.	22.000	1
2.3	Aquisição de dados moveis	Unid.	10	1
2.4	Contratação de pacote de dados	Mês	1	12
2.5	Sistema de suporte digital para os beneficiários via WhatsApp	Mês	1	12
2.6	Suporte técnico, instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados e celulares na rede credenciada.	Mês	1	12
2.7	Software de Gestão da Carteira de Crédito (adaptando a ferramenta digital para atender a necessidades) Hospedagem do sistema e banco de dados – R\$ 8.000,00 Manutenção do banco de dados (backups, verificação de integridade, segurança);	Mês	1	12
2.8	Suporte Tecnológico para cadastramento dos beneficiários	Mês	1	1
3	COMUNICAÇÃO VISUAL E DIVULGAÇÃO DO BANCO COMUNITÁRIO	Unidade	Quant.	Meses
3.1	Cartazes A3 - 02 edições de 500 exemplares. - Medidas: 29.7 X 42 cm; Papel 150 gramas; 4/4 cores; com CTP incluído e provas digitais.	Unid.	3.000	2



3.2	Folhetos 10 x 15cm 02 edições diferentes de 3.000 exemplares. Impressão de 2 folhetos, no formato 10X15, papel 150 gramas, em 4X0 cores, acabamento corte reto; com CTP incluído e provas digitais.	Unid.	5000	2
3.3	Banners 1 x 1,5m Impressão digital de alta resolução, em 04 cores sobre lona vinílica, acabamentos em tubetes e/ou ilhoses - Tamanho 100 x 150 cm	Unid.	8	2
3.4	Adesivas (Identificação dos estabelecimentos cadastrados com o banco para receber a moeda) Tamanho 30cm x 30cm, 4x4 cores – Papel alto adesivo fosco, 190 gramas; com CTP incluído e provas digitais.	Unid.	3000	2
3.5	Camisas malha padrão (P/M/G/GG) Na cor Branca, modelo padrão com gola V, em algodão 30 fios, com impressão em 4 cores (estampa frente e costas) e em silk. Tamanho: M/G/GG	Unid.	20	1
3.6	Abertura de letreiro do banco Letreiro; Formato: 0,950 x 2,100; Material: Tecido Dohler; Impresso Digital; Acabamento: Costura + Tubo de Metalon = ilhós toda volta	Unid.	2	1
4	DIAGNÓSTICOS, PESQUISAS E MAPEAMENTO DO PROGRAMA			
4.1	Processos formativos em economia solidária /finanças solidárias e outros	Unid.	1	4
4.2	Contratação de Pessoa jurídica para realizar estudos, diagnósticos, pesquisas, mapeamentos que ajudem a entender as oportunidades, vocações e a dinâmica da economia do município e seus atores, objetivando gerar informações que para elaboração de planos de desenvolvimento socioeconômico local	Mês	1	3

8. DO VALOR ESTIMADO

O valor estimado para a parceria pretendida foi de **R\$ 2.374.589,66 (dois milhões, trezentos e setenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e nove reais e sessenta e seis centavos)** para período de 12 meses, que foi alcançado mediante consulta de preços junto a Organizações Sociais Civis (O.S.C (s) que já tenham expertise na administração e implementação de Bancos Comunitários, e que sejam filiadas à rede brasileira de bancos comunitários.



9. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO

Os recursos destinados à execução da parceria de que trata este Termo são provenientes do orçamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, autorizado por meio do Programa de Trabalho 07.010 08.244 0012 2.248, Código de Despesa: 3.3.90.48.99.00.00, Fonte: 1533.

A indicação dos créditos orçamentários e empenhos necessários à cobertura de cada parcela da despesa, a ser transferida pela administração pública municipal nos exercícios subsequentes, será realizada mediante registro contábil e deverá ser formalizada por meio de certidão de apostilamento do instrumento da parceria, no exercício em que a despesa estiver consignada.

O valor total de recursos estimado será **R\$ 2.374.589,66 (dois milhões, trezentos e setenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e nove reais e sessenta e seis centavos)** para um período de 12 meses. O exato valor a ser repassado será definido no termo de colaboração, observada a proposta apresentada pela OSC selecionada.

As liberações de recursos serão trimestrais e obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019/ 2014, e nos arts. 33 e 34.

Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019/ 2014, e nos arts. 35 a 42.

Não pode a OSC alegar desconhecimento da legislação ou das regras editalícias, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas na Proposta de trabalho (art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014):

- a) remuneração da equipe encarregada da execução da proposta de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;
- b) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;



c) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, consultor, água, energia, dentre outros); e

d) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município.

Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

10. DO CHAMAMENTO PÚBLICO

Será realizado um Chamamento Público, nos termos da Lei nº 13.019/14 e do Decreto Municipal nº 2.147/2021 para seleção de uma Organização da Sociedade Civil (OSC), com a qual será celebrado Termo de Colaboração para Gestão de Moeda Social - Moeda SAQUÁ, criada pela Lei Municipal nº 2.189 de 28 de janeiro de 2022, Implantação do Banco Comunitário Digital de Saquarema, apoio para cadastramento dos beneficiários e pagamento dos beneficiários dos Programas Sociais instituídos pela citada lei, bem como assegurar microcrédito para apoio as atividades produtivas dos micro e pequenos empreendedores do município.

O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e pelos demais atos normativos aplicáveis, bem como pelas condições previstas neste Termo.

Será selecionada uma única proposta, observada a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária para a celebração do termo de colaboração.

A participação da Organização da Sociedade Civil implica a aceitação integral e irretratável dos termos, cláusulas, condições e anexos deste instrumento, bem como na



observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas e legislações aplicáveis.

Não serão aceitas, sob quaisquer hipóteses, alegações de seu desconhecimento em qualquer fase da convocação pública e da execução.

10.1. Da Participação

Poderá participar deste Chamamento Público a Organização da Sociedade Civil (OSC), cujo ramo de atividade esteja compatível com o objeto do mesmo e esteja devidamente credenciada junto a esta Municipalidade, observando-se, ainda:

- a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva. Sendo admissível a remuneração de seu Presidente e Diretoria, na forma da Lei e da previsão Estatutária;
- b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social.
- c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

Para a celebração do termo de colaboração, a OSC deverá atender, ainda, aos seguintes requisitos:

- a) ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);
- b) ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014) Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);



- c) ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);
- d) possuir, no momento da apresentação de sua proposta, no mínimo 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019, de 2014);
- e) possuir experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de natureza semelhante, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano. A experiência em questão poderá ser comprovada por expertise de pessoa física integrante do Quadro da OSC e que atuará como Coordenadora Geral do Programa no âmbito da OSC.
- f) possuir condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC, conforme Anexo III – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de instalação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);
- g) deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, a ser comprovada. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de instalação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);
- h) apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista, na forma do art. 34, II, da Lei nº 13.019, de 2014,
- i) apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (art. 34, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014);
- j) apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles e Relação dos Dirigentes da Entidade (art. 34, V e VI, da Lei nº 13.019/2014,) comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil (art. 34, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019/2014); atender às exigências previstas na legislação



específica, na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa (art. 2º, inciso I, alínea “b”, e art. 33, §3º, Lei nº 13.019, de 2014); e

Ficará impedida de celebrar o termo de colaboração a OSC que:

- a) não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, I, da Lei nº 13.019/2014);
- b) esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, II, da Lei nº 13.019/ 2014);
- c) tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019/ 2014) ;
- d) tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art. 39, inciso IV, da Lei nº 13.019/2014);
- e) tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II, do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, ou com a sanção prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014 (art. 39, inciso V, alíneas “a”, “b”, “c” e “d” da Lei nº 13.019/ 2014);
- f) tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); ou
- g) tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, inciso VII, da Lei nº 13.019/2014).



10.2. Do Prazo

O prazo referente à parceria em questão terá o prazo inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante interesse da administração pública, contados a partir do início dos serviços, renováveis na forma e prazos previstos no Decreto Regulamentador da matéria no âmbito desse Município.

11. DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, devendo ser constituída por Portaria.

Deverá se declarar impedido membro da Comissão Permanente de Licitação que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014.

A declaração de impedimento de membro da Comissão Permanente de Licitação não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital de acordo com o art. 27, §§ 1º a 3º, da Lei nº 13.019, de 2014.

Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar assessoramento técnico de especialistas que não sejam membros desse colegiado.

A Comissão Permanente de Licitação poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

12. DA FASE DE SELEÇÃO

A fase de seleção observará as seguintes etapas.

TABELA 1: DESCRIÇÃO DA ETAPA

Etapa	Descrição da Etapa	Datas
1	Publicação do edital de chamamento	



2	Envio das propostas pelas OSCs	
3	Análise dos projetos e escolha do vencedor	
4	Divulgação do resultado	
5	Prazo recursal	
6	Análise recursos	
7	Resultado final	

A falta de manifestação de interposição de recursos dentro do prazo estipulado por este edital, implicará na antecipação do prazo de homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção.

Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria (arts. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39 da Lei 13.019, de 2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigível apenas da(s) OSC(s) selecionada(s) – mais bem classificada- nos termos do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014.

Etapa 1:

O Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Saquarema, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias, para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do mesmo.

Etapa 2: Envio das propostas pelas OSCs.

As propostas das OSCs deverão ser entregues, pessoalmente, em envelope fechado e com identificação da instituição proponente e meios de contato, com a inscrição “Proposta Edital de Chamamento Público – Gestão de Moeda Social – Moeda SAQUÁ”

Também serão aceitas as propostas oferecidas pela via postal, desde que observadas as demais formalidades previstas neste edital e sejam entregues no prazo e no endereço previsto no Edital.

A proposta entregue, em uma única via impressa, deverá ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC



proponente. Também deve ser entregue uma cópia em versão digital (CD ou pen drive) da proposta.

Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícitos e formalmente solicitados pela administração pública municipal.

Cada OSC poderá apresentar apenas uma proposta. Caso venha a apresentar mais de uma proposta dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada para análise.

As propostas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;
- b) as estratégias e ações a serem executadas para atingir os objetivos e metas;
- c) os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e
- d) o valor global.

Etapa 3:

Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão Permanente de Licitação.

Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão Permanente de Licitação analisará as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes. A análise e o julgamento de cada proposta será realizado pela Comissão Permanente de Licitação, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

A Comissão Permanente de Licitação terá o prazo estabelecido na Tabela 1 para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até mais 30 (trinta) dias.

As propostas deverão conter informações que atendem aos critérios de julgamento estabelecidos neste Termo.



13. DA FASE DE CELEBRAÇÃO

A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

TABELA 3: FASES DA CELEBRAÇÃO	
1	Convocação da OSC selecionada para apresentação detalhada de sua Proposta de Trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.
2	Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise da Proposta de Trabalho da OSC.
3	Ajustes na proposta apresentada e regularização de documentação, se necessário.
4	Parecer de órgão técnico e assinatura do termo de colaboração.
5	Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial do Município.

Será convocada a OSC selecionada para a celebração da parceria, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da convocação, apresentar analiticamente sua Proposta de Trabalho e a documentação exigida para comprovação dos requisitos para a celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos legais (arts. 28, 33, 34 e 39 da Lei nº 13.019/2014).

Com base no Plano de Trabalho apresentado, a OSC selecionada deverá apresentar o detalhamento da proposta submetida e aprovada no processo de seleção, com todos os pormenores exigidos pela legislação (em especial o art. 22 da Lei nº 13.019/ 2014), observados os Elementos que deverão compor a Proposta de Trabalho.

A proposta apresentada pela OSC deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;
- b) a forma de execução das ações, indicando, quando cabível, as que demandarão atuação em rede;
- c) a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;



- d) Proposta Político-Pedagógica, envolvendo a implementação das modalidades e outras atividades nos espaços;
- e) a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- f) a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
- g) os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e
- h) as ações que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso.

A previsão de receitas e despesas deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público. No caso de cotações, a OSC deverá apresentar a cotação de preços de, no mínimo, 3 (três) fornecedores, sendo admitidas cotações de sítios eletrônicos, desde que identifique a data da cotação e o fornecedor específico.

14. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A OSC deverá prestar contas trimestralmente da integralidade dos valores repassados pelo Tesouro Municipal, de acordo com as normas previstas no Edital, apresentando a prestação de contas da execução físico- financeira, com apresentação dos recibos originais a Secretaria responsável.

A OSC deverá emitir, trimestralmente, relatórios consolidados das atividades desenvolvidas.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014.



A administração pública não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público.

Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

Saquarema, 30 de março de 2022.

Elaborado por:

De acordo: Com base no estudo realizado pela equipe de planejamento da contratação, autorizado o prosseguimento da aquisição, respeitados os trâmites legais.

Daniele Borges dos Santos Vignoli
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social